

**AS AÇÕES CIVICO-SOCIAIS DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA
FRONTEIRA BRASIL/ARGENTINA DURANTE A DÉCADA DE
1970**

**THE CIVIC SOCIAL ACTIONS OF THE BRAZILIAN ARMY IN
THE BRAZILIAN/ARGENTINE FRONTIER DURING THE 1970S**

**ACCIONES CÍVICO-SOCIALES DEL EJÉRCITO BRASILEÑO EN
LA FRONTERA BRASIL/ARGENTINA DURANTE LOS AÑOS 70**

Ronaldo Zattaⁱ

Ismael Antônio Vanniniⁱⁱ

Resumo: Este artigo possui a intenção de analisar as Ações Cívico-Sociais (ACISOs) realizadas na década de 1970, que foram empreendidas pelo Exército brasileiro na fronteira Brasil/Argentina, a partir de uma fração do acervo fotográfico de uma extinta unidade militar, a 3ª Companhia de Infantaria Motorizada. Assim, acredita-se apresentar uma contribuição original para a pesquisa histórica militar brasileira, quando se propõe discutir – pela análise do Álbum Histórico Fotográfico, que retrata parte das ações daquela unidade militar – as ACISOs em sua gênese, como atuações sociais, interpretadas pelo viés sociológico weberiano, considerando a sua natureza política e criteriosamente intentas pelo Regime Militar brasileiro. E que, foram operacionalizadas numa região sensível aos problemas de fronteira, fomentando um modelo de doutrina nacional para aquela instituição.

Palavras-chave: ACISOs. Doutrina. Exército.

Abstract: This article intends to analyze the Civic-Social Actions (ACISOs) performed in the 1970s, which were undertaken by the Brazilian Army on the Brazil/Argentina border, from a fraction of the photographic collection of an extinct military unit, the 3rd Motorized Infantry Company. Thus, it is believed to present an original contribution to the Brazilian military historical research, when it proposes to discuss – through the analysis of the Photographic Historical Album, which portrays part of the actions of that military unit – the ACISOs in its genesis, as social actions, interpreted by the weberian

sociological actions, considering its political nature and judiciously intended by the Brazilian Military Regime. And that they were operationalized in a region sensitive to border problems, fostering a model of national doctrine for that institution.

KeyWords: ACISOs. Army. Doctrine.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar las acciones cívico-sociales (ACISOs) llevadas a cabo en la década de 1970, que fueron realizadas por el ejército brasileño en la frontera entre Brasil y Argentina, a partir de una fracción de la colección fotográfica de una unidad militar extinta, la 3ª Compañía Infantería motorizada. Por lo tanto, se cree que presenta una contribución original a la investigación histórica militar brasileña, cuando propone discutir, a través del análisis del Álbum histórico fotográfico, que retrata parte de las acciones de esa unidad militar – los ACISOs en su génesis, como actos sociales, interpretados por el sesgo sociológico weberiano, considerando su naturaleza política y judiciosamente intencionados por el régimen militar brasileño. Y que fueron operacionalizados en una región sensible a los problemas fronterizos, fomentando un modelo de doctrina nacional para esa institución.

Palabras clave: ACISOs. Doctrina. Ejército.

Introdução

Frequentemente surgem notícias relativas às atuações de tropas do Exército brasileiro em tempos de paz. Entretanto, pouco se percebe a realização das Ações Cívico-Sociais (ACISOs) como práticas ordinárias das organizações militares brasileiras. Como exemplo prático deste tipo de ação em dias atuais, pode-se citar as ações de fronteira Brasil/Venezuela, empregadas no recebimento de imigrantes que promovem o êxodo em massa daquele país fronteiriço. Bem como, num olhar sobre ainda sobre o tempo presente, as ACISOs promovidas pelo Exército brasileiro nas Missões de Paz Internacional, vinculadas à Organização das Nações Unidas (ONU), em Angola e Haiti, onde o Brasil participou como principal interventor internacional na reestruturação pós-guerra.

Percebidas, institucionalmente, como práticas próprias, que aproximam a caserna da população, regidas por preocupadas determinações que regem o contato entre militares e civis, as ACISOs – assim como a História Militar – por longo tempo tem sido percebida com um tema “suspeito” a ser tratado âmbito das Ciências Sociais. Talvez, muito por conta do Regime Militar brasileiro recente, ou até pelo receio de serem compreendidas como fator positivo da intervenção militar na administração pública, fato que tem instigado poucos pesquisadores a se aventurarem em estudar um tema tão renegado por diversas instituições acadêmicas.

Apostando na pesquisa da História Militar, especificamente na possibilidade de contemplar aspectos relevantes da História brasileira recente, resolve-se examinar, num viés sociológico, as ACISOs, em sua gênese, a partir das atuações de tropas do Exército brasileiro na fronteira Brasil/Argentina, na década de 1970, que orientariam a elaboração de manuais doutrinários, cuja função foi a de reger esse tipo de atuação durante o Regime Militar brasileiro, e que se tornou uma prática de intervenção institucional na sociedade brasileira na contemporaneidade.

As fontes de pesquisa mais remotas sobre o tema, para elaboração deste artigo, foi parte do acervo fotográfico da 3ª Companhia do 33º Batalhão de Infantaria Motorizada (3ª/33º BIMtz) ou informalmente chamada pelos militares de “Terceira do Trinta e Três”.ⁱⁱⁱ Tal organização militar, batizada pelo nome histórico de “Sentinelas do Sudoeste”, foi implantada na cidade de Francisco Beltrão/PR, sudoeste paranaense, região de fronteira com a República Argentina, em meados da década de 1950, durante o conflito agrário conhecido como Revolta dos Posseiros; e, suprimida em 2001 por ocasião dos novos redirecionamentos das Organizações Militares que o Ministério da Defesa realizou no início do século XXI. Parte do Álbum Histórico da 3ª Companhia de Infantaria^{iv} apresenta algumas evidências mais afastadas de atuação de tropas militares brasileiras em Ações Cívico-Sociais, antes mesmo da elaboração dos manuais militares que regulamentam o emprego das tropas. O registro fotográfico representa três eventos em que a tropa desenvolveu atividades Cívico-Sociais na fronteira Brasil/Argentina. Entretanto, por critérios que serão em sequência esclarecidos, somente dois eventos foram de interesse desta análise.

As Ações Cívico-Sociais (ACISOs) e conceituação

Em busca de definições, tramitando pelos campos da cientificidade acadêmica, os estudos sobre “ação social” têm sido tratados sociologicamente, sendo expressos, e propostos, por Max Weber em “Economia e Sociedade”, de 1921. O sociólogo ao compreender o comportamento social define que, por agir, ou:

Por “ação” entende-se, neste caso, um comportamento humano (tanto faz tratar-se de um fazer externo ou interno, de omitir ou permitir) sempre que e na medida em que o agente ou os agentes o relacionem com um sentido subjetivo. Ação “social”, por sua vez, significa uma ação que, quanto a seu sentido visado pelo agente ou os agentes, se refere ao comportamento de outros, orientando-se por este em seu curso. (WEBER, 1991).

Para Gabriel Cohn,

A “ação social” mencionada nessa definição é uma modalidade específica de ação, ou seja, de conduta à qual o próprio agente associa um sentido. É aquela ação orientada significativamente pelo agente conforme conduta de outros e que transcorre em consonância com isso. (COHN, 1997).

Assim, toda ação humana está voltada à um objeto de mundo, investida de sentidos. Entretanto, o agir, por si próprio, investido de sentidos, se distingue do agir de mero comportamento. Desta forma, o agir, qualificado como social, orienta o comportamento do outro indivíduo. Mas nem toda a interação entre pessoas é de caráter social, apenas um comportamento próprio significativamente orientado pelo comportamento de outro indivíduo. Importante ressaltar no contexto deste estudo, que no entendimento da sociologia compreensiva, o comportamento orientado por uma ordem de vigência corresponde a um agir que se torna habitual. (SCHUTZ, 2018).

Desta forma, a ação consiste nas diferentes acepções subjetivas que o indivíduo confere ao seu agir comportamental, tornando-se uma condição para definição de uma ação. (COHN, 1996).

Mas, é na continuidade das relações sociais que interessa a análise Weber, pois o social que origina o indivíduo, se manifesta em suas ações, realçando formas de dominação como base de sustentação e legitimidade destas relações. A dominação para Weber é a probabilidade de obediência a um certo mandado, que pode ser identificada por dois tipos de representações:

(1) numa situação de monopólio, mediante uma constelação de interesses, como é o caso do mercado monopolista; (2) por meio da autoridade (poder de mando e dever de obediência, como é o caso do poder exercido pelo pai de família, pelo funcionário ou pelo príncipe. (MORAES; FILHO; DIAS, 2003).

Mesmo Weber ter se dedicado ao estudo de duas formas básicas de estruturas de dominação, a burocrática e a carismática, reconheceu que a dominação pode justificar-se por diversos motivos de submissão e autoridade. Assim para ele, as ações sociais podem ser divididas em:

Tradicional: ações tradicionais são baseadas nos costumes e hábitos geralmente aprendidos no ambiente familiar e são as ações que mais reproduzimos cotidianamente de forma automática. *Afetiva*: vínculos com sentimentos e desejos através dos estados emocionais, em busca de satisfazer suas vontades, por exemplo, loucuras por algo ou alguém. *Racional com relação a valores*: são convicções e valores que o indivíduo

deposita em suas ações, sejam eles éticos, morais, religiosos ou estéticos, podemos colocar a religião como exemplo, seguir determinada doutrina e seus valores na maneira de agir em sociedade. *Racional com relação a fins*: Cabe ao indivíduo calcular, basear, medir e pesar suas ações para chegar em determinado objetivo, podemos citar o exemplo do estudante que precisa alcançar determinada nota. (KLANN, 2018).

Se a distinta nomenclatura das atuações militares, as ACISOs - Ações Cívico-Sociais – dotada do sufixo “Cívico”, qual vincula a ação social diretamente ao conceito de cidadão, enquanto elemento de uma nação – teve inspiração weberiana pelos militares brasileiros, de momento, não pode ser confirmado. É fato que as ACISOs compuseram o projeto de “Brasil-Potência” pensado pelos militares durante o Regime Militar brasileiro, qual empreendeu “Guerra Total” ao comunismo internacional, em um momento que a intelectualidade militar, através da Escola Superior de Guerra - ESG, discutia os mais variados temas, sendo plenamente possível o acesso às leituras weberianas.

Tibola (2007) afirma que a ESG reuniu os militares mais intelectualizados das Forças Armadas brasileira, “fundada em 1949 a escola aglutinou representantes da Cruzada Democrática, uma espécie de partido castrense dentro do Clube Militar”; e, ao ver da autora, surgiram intervenções constantes na política brasileira por este grupo. Quando saem dos bastidores, entrando em cena em 1964, surgem elaboradas ações estratégicas que se mantêm por mais de duas décadas.

Entretanto, Exército brasileiro define as Ações Cívico-Sociais como atuações próprias militares, de intervenção social, explanadas como um:

Conjunto de atividades de caráter temporário, episódico ou programado de assistência e auxílio às comunidades, promovendo o espírito cívico e comunitário dos cidadãos, no país ou no exterior, desenvolvidas pelas organizações das Forças Armadas, nos diversos níveis de comando, do aproveitamento dos recursos em pessoal, material e técnicas disponíveis, para resolver problemas imediatos e prementes. (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2018).

Trata-se portanto, de uma didática para aplicação de técnicas que orientam a atuação militar, de caráter humanitário, executada por tropas comprometida com a solução de problemas emergenciais, sendo eles ocasionados por calamidades ou guerras; mas também, disposta na labuta da formação de espíritos cívicos comunitários, se valendo dos meios mais diversos disponíveis para a ocasião.

É possível que a orientação de aplicação de tropas militares em ACISOs iniciou-se com a emulação do modelo militar americano, à partir dos acordos de 1942 e 1952,

firmados entre Brasil/EUA após a vigência da Missão Militar Francesa (1919-1939), qual privilegiava a “cooperação, adoção de armas, equipamentos e doutrinas”. (SVARTMAN, 2016). É certo, que foi a partir de então que se identificou, por este estudo, a terminologia nos manuais de doutrinas militares daquela instituição, notoriamente intensificada pela próxima relação que os EUA, militarmente, exerceram nas doutrinas de emprego do Exército brasileiro até 1985. Entretanto, não é comprovado, se a elaboração das ACISOs partiu de alguma adaptação de doutrina militar estrangeira, pensando na proximidade de relações militares com os EUA no século passado; ou do desenvolvimento de doutrina própria brasileira; ou, se ainda, ocorrera origem ambígua. Sabe-se que com a criação da ESG, os militares brasileiros iniciaram um período de estudos superiores em história, geopolítica, economia, política e demais áreas de interesse militar, que influenciaram diretamente o Golpe de 1964, e a forma em que administraram o país nos anos seguintes.

Ainda no início dos anos 1970, sobre a aplicação de tropas militares em calamidades públicas, o Governo brasileiro se manifestou por lei, assinada pelo General Emílio Garrastazu Médici, preliminarmente, através do Decreto nº 67.347, em 5 de out. 1970, qual estabeleceu diretrizes, normas de ação, para defesa permanente contra as calamidades públicas, além de criar um Grupo Especial para os casos. Em seu Art. 11, o decreto esclareceu, inicialmente, sobre as funções das Forças Armadas naquele tipo de operação:

Art. 11. Os Ministérios do Exército, da Marinha e da Aeronáutica darão apoio de pessoal e material necessários ao planejamento e execução de tarefas de socorro, ao transporte marítimo e aéreo de suprimento e as missões de busca e salvamento, nos âmbito federal, estadual, territorial e municipal. (BRASIL, Decreto nº 67.347 de 5 out. 1970).

Desta forma, um embrião do que hoje é conhecido por Defesa Civil, que atua no âmbito de responsabilidade das Unidades Federativas, passava a ser prevista no ordenamento de Leis Federais, compondo um quadro que envolvia diversos ministérios. Assim, as ações do Exército em calamidade pública passaram ter previsão em situações de emergência, sendo estas, podendo ser provocadas por fatores anormais, e adversos, que viessem a afetar “gravemente” a comunidade; em condições que privava total ou parcialmente do atendimento de suas necessidades, ou até mesmo ameaçando a existência ou a integridade de seus elementos.

Também, foi pela legislação histórica que previa as ACISOs, que em sua gênese, os estados federativos passaram se organizar no sentido de criar coordenadorias estaduais

que regulamentassem, e organizassem, a implantação de coordenadorias da Defesa Civil para atuação em catástrofes.

Cabe considerar que, os anos 70, do século passado, reportam os ânimos mais intensos do Regime Militar brasileiro, no seio das Forças Armadas se intensificavam o combate aos comunistas, e os esforços dos atores envolvidos naquele contexto seguiam focado neste sentido. Assim, em 1973, o Exército brasileiro efetiva seu recente encargo legal através da elaboração de estudos sobre calamidades públicas, que resultou na impressão do “Manual de Campanha C19-15 Distúrbios Cíveis e Calamidades Públicas”, qual foi aprovado pela Portaria n. 148 – Estado Maior do Exército em 29 de ago. 1973.^v Vinculado à ideologia da Guerra Fria, bem como o combate internacional ao comunismo, este manual passou, primeiramente, a orientar os militares brasileiros integrantes das unidades operacionais, no exercício de ações de polícia, em seu planejamento e sua execução de atividades de “controle de distúrbios civis”^{vi}; e, num segundo plano, uma orientação para campanhas de ACISOs.

As ACISOs analisadas na Fronteira Brasil/Argentina na década de 1970, ocorreram anteriormente à elaboração do material de orientação institucional, tornando-se possível pensar que elas foram frutos do pensamento militar que conduzia o Regime Militar brasileiro desde meados da década de 1960, uma espécie de doutrina experimental. Posteriormente, vieram as orientações produzidas pelas prensas militares que direcionavam as tropas no sentido de tratar como missões prioritárias, em operações de calamidades, na seguinte ordem de importância em suas atuações diretas: a) preservação da ordem pública; b) tentativa de evitar o pânico; c) proteção de instalações importantes; d) o controle de tráfego; d) o controle, circulação e evacuação de civis; e) a manutenção da ordem pública; f) a repressão ao saque; e, g) o fornecimento de serviços médicos de urgência.

O Manual de Campanha C1915 de 1973, pensava as calamidades públicas sob a ótica da Guerra Fria, de fato, era filho de seu tempo! Elaborado em um período que muitos pesquisadores compreendem como o endurecimento do Regime Militar brasileiro, apresentou-se muito mais preocupado com a preservação da lei vigente e da ordem pública, do que claramente com as questões emergenciais incitadas pelas calamidades públicas. Assim, em sua essência a quebra da ordem pública, e da paz social, seja por eventos naturais, ou fabricados, necessitavam da intervenção direta do Estado militar para

reparação, evitando o caos social. Desta forma, a previsão em Manual para o combate à greves, tumultos e saques, antevia a preocupação com o reestabelecimento da normalidade afetada pelas calamidades.

Interessante também, é perceber que, as Forças Armadas, em casos de calamidade pública, colaborariam com os ministérios civis, sempre que solicitadas, na assistência às populações atingidas e no estabelecimento da normalidade. A finalidade era apoiar autoridades civis, porém poderiam ter a responsabilidade de coordenar as ações, desde que houvesse a delegação de poderes. Segundo a mesma doutrina, uma preparação, ou mesmo ações preventivas que pudessem minimizar os efeitos de uma calamidade pública, também, eram compreendidos como medidas a serem adotadas pelas Forças Militares, entende-se Regime Militar brasileiro.

Mesmo relegadas à um segundo momento, as operações emergenciais, em detrimento das operações de polícia, podem ser percebidas que as ACISOs eram compreendidas pelos militares como uma resposta do Estado na situação do caos social, ou nas ocasiões de perturbação da paz social, vistas como necessárias para garantir atos de autoridade de um governo instituído.

O Manual C19-15 orientou as atividades de ACISOs do Exército brasileiro, desde a data de sua publicação em 29 de Ago. 1973 até 18 Dez. 1997, quando foi revogado pelo Manual de Campanha C19-15 Operações de Controle de Distúrbios, que em aspectos de doutrina no emprego das Forças Terrestres, o Exército dividiu, em questões de instrução de operações, as operações de polícia, vinculados aos casos de distúrbios, das operações de calamidades públicas e assistências emergenciais.^{vii}

A realização das ACISOs na fronteira Brasil/Argentina na década de 1970

A 3ª/33ª BIMtz realizou o registro fotográfico de três eventos empreendidos pelo Exército brasileiro na fronteira Brasil/Argentina nos 70 do século passado, cujos registros dos fotografos militares, com cunho memorial-institucional, compõe o Álbum Histórico da 3ª Companhia de Infantaria instalada em Francisco Beltrão/PR. Foram eles: 1) no ano de 1970, em Salgado Filho/PR, no ano de 1971 em Romelândia/SC; e, em 1974, em Santo Antônio do Sudoeste/PR.

Na tentativa de seguir as orientações de LIMA; TATSCH (2009), em perceber a diversidade de usos que gerou este arquivo militar, não tão somente a instituição de guarda, mas compreendendo os locais de origem de produção e o caminho de circulação da fotografia, é possível perceber que a elaboração das fontes analisadas nesta pesquisa, os registros das operações de ACISOs iconograficamente, representam uma doutrina de atuação de tropa sendo implantada pelo Exército brasileiro, em caráter nacional. E, como conteúdo iconográfico se apresenta o registro de uma adequação de doutrina operacional inovadora para a época.

Este material institucionalizado compôs os registros que o comando militar local repassava, hierarquicamente, ao III Exército, sediado em Porto Alegre/RS, como parte de atividades desenvolvidas na faixa de fronteira. As fotografias eram para uso interno daquela instituição, e até onde se sabe, não foram divulgadas para além das inspeções militares realizada pelo comando militar da Região Sul.

No ano de 1970, o Acervo Fotográfico da 3ª/33ª Batalhão de Infantaria Motorizada registra no município de Salgado Filho/PR, a primeira ACISO fotografada por aquela organização militar.

Foto 1. Palestra durante ACISO em Salgado Filho/PR em 1970.



Fonte: Álbum Histórico da 3ª/33ª BIMtz/Exército Brasileiro.

Destaque foi o registro fotográfico de palestras, cujas notas afirmam ser sobre diversos assuntos de interesse daquela comunidade agrícola-colonial de fronteira. Destacado também, os auxílios veterinários, a vacinação infantil, o atendimento médico e a construção de pontes e de estradas.

No ano seguinte, em 1971, a mesma Organização Militar registra operações de ACISOs no Estado de Santa Catarina, no município de Romelândia. O destaque daquela operação, de acordo com as notas do Álbum Histórico foram os atendimentos médicos

domiciliares, a recuperação de 31 escolas públicas, mais de 5000 extrações dentárias e as cirurgias de remoção de cânceres sebáceos.

Figura 2. Atendimento médico domiciliar durante ACISO em Romelândia/SC em 1971.



Fonte: Álbum Histórico da 3ª/33ª BIMtz/Exército Brasileiro.

A terceira oportunidade de emprego de tropas militares em operações de ACISOs na Fronteira Brasil/Argentina, na década de 1970, pelo Exército brasileiro, registrada no Acervo Fotográfico da 3ª/33ª Batalhão de Infantaria Motorizada, aconteceu em 04 out. 1974. Desta vez, de caráter extraordinário, no município de Santo Antônio do Sudoeste/PR, quando aquele município, após ter sido assolado por forte vendaval, teve a presença dos fuzileiros de infantaria que realizaram assistência emergencial àquela comunidade.

Outras ações da tropa foram descritas, podendo ser citadas: a vacinação para evitar a proliferação de doenças (epidemia) e consulta médica de adultos; atendimento emergencial de feridos qual adaptou escolas públicas em hospitais de campanha; reconstrução de bairros e a assistência médica domiciliar com equipes de enfermeiros liderados por um médico militar.

Foto 3. Atendimento médico emergencial na ACISO de 1974, em Santo Antônio do Sudoeste/PR.



Fonte: Álbum Histórico da 3ª/33ª BIMtz/Exército Brasileiro.

Também, é notável, que as tropas militares atuaram como reforços, ou mesmo operadores, de serviços públicos normais necessários à vida da população civil. A exemplo disto, no que se refere ao estabelecimento de comunicações através de posto rádio, o abastecimento de água potável por cisternas, a regularização de transportes coletivos e a desobstrução de vias de tráfego.

Análise das fontes

Em uma análise das fotografias apresentadas pelo Álbum Histórico da 3ª/33ª iconográficas sumária das ACISOs registradas no Acervo da 3ª/33ª BIMtz, pode-se apurar as seguintes considerações:

- foram registradas por profissionais militares, com intenções militares de registro memorial, que enquadraram as cenas de modo a ressaltar uniformes, brasões e destacar militares perante os demais que realizavam as mesmas tarefas;

- dos três eventos analisados, apenas um possuía caráter extraordinário, motivado por intempéries climáticas – sendo os dois primeiros, ações próprias de iniciativa institucional, revelando uma ação planejada na região de âmbito nacional;

- notável a foto do operador de rádio, abaixo, onde na parede de fundo, sustenta um cartaz institucional do III Exército, citando um slogan de ação social, que ao lado de uma imagem de criança, lê-se “PRECISO DE VOCÊS... III EXÉRCITO... ACISO 1971”. Que, este item sustenta a hipótese de que as ACISOs naquela região de fronteira foram um programa articulado com autoridades civis e criteriosamente planejado pelo comando militar.

Foto 4. Operador de rádio na ACISO de Romelândia/SC.



Fonte: Álbum Histórico da 3ª/33ª BIMtz/Exército Brasileiro.

- que o evento de caráter emergencial, registrado em 1974, em Santo Antônio do Sudoeste/PR, houve uma despreocupação na tomada de cena dos registros fotográficos. Pois, ressaltou-se o aspecto traumático do evento em relação à presença militar na área. Algo não percebido nas imagens dos eventos anteriores registrado por aquela organização militar;

- as ACISOs foram realizadas sem a delegação de poderes das autoridades civis, de iniciativa militar, mas sendo visível nas imagens o apoio recebido de profissionais

civis (engenheiros civis na construção de pontes, veterinários civis nas assistências e enfermeiras civis nos casos de atendimentos emergenciais);

- até onde pode-se apurar, a 3ª Companhia do 33º BIMtz produziu sua memória institucional iconográfica, selecionou suas melhores fontes iconográficas, através de enquadramentos destacáveis, mas não socializou seu uso, deixando-as relegadas aos arquivos militares. E que talvez, nem mesmo existisse tal intuito, já que, naquele momento e local, a preocupação com a questão da paz social aparenta estar mais vinculada à formação de espíritos nacionais do que a autopropaganda do regime;

Figura 5. Cartazes de agradecido ao Exército pela realização da ACISO Romelândia/SC em 1971.



Fonte: Álbum Histórico da 3ª/33º BIMtz/Exército Brasileiro.

- que durante as ACISOs, a tropa foi empenhada em missões que não se enquadraram essencialmente em treinamento militar, sendo destacada para afazeres funcionais que vieram a agregar valores morais na forma em que aquela comunidade de fronteira passou a perceber a presença dos integrantes do Exército, muito distinta do contexto nacional.

- que, enquanto o Regime Militar, durante a década de 1970, em outros lugares do país, acentuava prisões e estabelecia censuras, na região de fronteira com a República Argentina, o Exército se apresentava como instituição preocupada com a integração

nacional, questões de saúde e educação, bem como o desenvolvimento econômico. Requisitos que fizeram com que a população fronteiriça elaborasse uma memória particular, em prol da permanência das tropas naquela região, resultando em sentimentos exaltados em cartazes conforme a foto acima ressalta.

Considerações iniciais

As ACISOs empreendidas pelo Exército brasileiro compõem cotidianamente o rol de notícias da imprensa nacional, desde atuações em larga escala – como as vistas na Intervenção Militar no Haiti ou na recepção de imigrantes da crise humanitária venezuelana, para situações mais simplórias como o combate à proliferação da dengue em pequenos municípios do país.

Nesta análise, emprestou-se o conceito de ação social de Weber, ao perceber que uma conduta humana é carregada de sentido mentalizada por um sujeito ou grupos, sendo que a conduta de um indivíduo social está sempre relacionada em reciprocidade aos outros. Desta forma, as ACISOs podem ser anunciadas para além de uma doutrina de emprego de tropas aplicada pelo Exército brasileiro, mas sim, uma ação social que foi instituída de forma eficaz, de cunho cívico, direcionada ao cidadão brasileiro, durante o Regime Militar. Um empreendimento social duradouro, que pode ser compreendido por regularidades diluída em causa política ideológica, que em tempos atuais, ainda promovem um modelo social que fundamenta o comportamento individual.

O acesso à fontes iconográficas do acervo militar da extinta unidade do Exército brasileiro, a 3ª/33º BIMtz, que registraram a gênese deste tipo de operação empregada por tropas nacionais, na fronteira Brasil/Argentina, durante a década de 1970, nos permitem afirmar que, distante de ser uma ação benevolente do Estado, o que é transmitido pela memória local da população fronteiriça, trata-se de uma elaborada ação estratégica para que visava moldar condutas e fortalecer espíritos durante Regime Militar brasileiro.

Referências bibliográficas

BRASIL, Decreto nº 67.347 de 5 de Mar.1970, Estabelece diretrizes e normas de ação para defesa permanente contra as calamidades públicas, cria Grupo Especial e dá outras providências. Brasília, DF, out. 1970. Disponível em: <

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-67347-5-outubro-1970-408879-publicacaooriginal-1-pe.html> >. Acesso em: 16 out. 2018.

COHN, Gabriel. *Crítica e Resignação*. Fundamentos da sociologia de Max Weber. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

COHN, Gabriel. *Max Weber*. Sociologia. São Paulo: Editora Ática, 1997.

EXÉRCITO BRASILEIRO, 2018. Exército em ação. Disponível em: <<http://www.eb.mil.br/acoes-civico-sociais>>. Acesso em: 16 out. 2018.

KLANN, Douglas José. Ação Social e os tipos de ação social. *Ensino de Sociologia em Debate – Revista Eletrônica: LENPES – PIBID de Ciências Sociais – UEL*. Londrina, v. 1, n. 8, Jan/Dez, pp. 1-5, 2018.

LIMA, Solange Ferraz de; TATSCH, Flávia Galli. Fotografias: usos sociais e historiográficos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (Orgs) *O Historiador e suas Fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 29-60.

MORAES, Lúcio Flávio Renault de; FILHO, Antônio Del Maestro; DIAS, Devanir Vieira. O Paradigma Weberiano da Ação Social: um ensaio sobre a compreensão do sentido, a criação de tipos ideais e suas aplicações na teoria organizacional. *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, v. 7, n.2, pp- 1-15, Abr/Jun. 2003.

SCHUTZ, Alfred. *A construção significativa do mundo social*: uma introdução à sociologia compreensiva. Petrópolis: Vozes, 2018.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. O Exército brasileiro e a emulação dos modelos francês e estadunidense no século XX. *Revista da Escola de Guerra Naval*, Rio de Janeiro, v.22, n. 2, p. 361-380, maio/ago., 2016.

TIBOLA, Ana Paula Lima. *A Escola Superior de Guerra e a Doutrina Nacional de Segurança (1949-1966)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2007.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora da UNB, 1991.

Submetido em: 25/11/2019

Aprovado em: 04/12/2019

Publicado em: 24/12/2019

ⁱ Doutor em História pela UFPR. Vinculado ao Grupo de Pesquisa CNPQ “Cultura, Etnias, Identificações”. E-mail: ronaldozatta@yahoo.com.br.

ⁱⁱ Doutor em História. Professor do Curso de História da UNICENTRO - Campus de Coronel Vivida. Vinculado ao Grupo de Pesquisa CNPQ “Cultura, Etnias, Identificações”. E-mail: vaniniunicentro@gmail.com.

ⁱⁱⁱ O acesso que os autores tiveram às fontes iconográficas ocorreram ainda no ano 2005, quando o acervo do museu daquela unidade encontrava-se exposto nas dependências do 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado, pouco antes de ter sido desmobilizado. O que faz o destino atual das peças ser uma incógnita. Entretanto, as poucas fotografias que tratam o tema foram reproduzidas, e encontram disponíveis para acesso, pois este artigo, aderiu à ideia anunciada pelo Prof. Dr. Dennison de Oliveira (UFPR), a exemplo de sua publicação intitulada “Aliança Brasil/EUA: Nova História do Brasil na Segunda Guerra Mundial – 2015”, em pensar a pesquisa histórica num sentido prático de hipertexto, ou seja, a chamada História Hipertextual, que disponibiliza aos leitores na íntegra, todas as fontes primárias, documentais e iconográficas, citadas no trabalho, de forma pública e gratuita. Todos os arquivos utilizados como fontes documentais desta pesquisa estão disponíveis através de link ativo, e prontos para compartilhamento pela plataforma do Google Drive.

^{iv} Parte do Acervo Iconográfico da 3ª/33ª BIMtz, os arquivos utilizados como fontes documentais primárias nesta pesquisa estão disponíveis através de link que segue pela plataforma do Google Drive: Disponível em: < <https://drive.google.com/open?id=1yh8L49hogdXITBl64iXs9sJfE41jgrZF> >. Acesso em: 20 nov. 2019.

^v MANUAL DE CAMPANHA C19-15 – Distúrbios Cívicos e calamidades públicas. Estado Maior do Exército. 2ª Ed, 1973.

^{vi} Na visão dos militares brasileiros, em 1970, o distúrbio civil poderia ser considerado uma quebra de ordem pública, uma alteração da paz social através do conflito de ruas ou atos contra autoridades de um governo instituído, na prática, manifestações, greves, passeatas e demais.

^{vii} MANUAL DE CAMPANHA C19-15 – Operações de Controle de Distúrbios. Estado Maior do Exército. 3ª Ed., 1997.